

Público



Comuna de Paris

Há 150 anos a democracia popular durou 72 dias

Mundo, 20/21



Inscruva-se já

ACADEMIA PÚBLICO

1.º curso de crítica literária

O Cànone

Dez lições para pensar a literatura portuguesa

Inscrição inclui oferta do livro *O Cànone*
Saiba mais em publico.pt



Teletrabalho: partidos juntam-se para alargar despesas pagas por empresas

BE apresenta proposta hoje e PS, PSD, PCP e PAN preparam projectos para esclarecer dúvidas

Os partidos vão apresentar propostas de alteração ao Código do Trabalho para resolver dúvidas surgidas com a utilização maciça do teletrabalho. O objectivo é alargar o leque de despesas que devem ser assumidas pelas empresas. No caso da proposta do BE, que hoje é apresentada,

defende-se que o empregador deve assumir o acréscimo de gastos com energia, água ou aquecimento. Os projectos do PS, PSD, PCP e PAN

deverão ser apresentados nas próximas semanas. A inclusão de gastos com consumo de água ou de electricidade é um dos pontos que as várias

propostas terão em comum. As alterações que estão a ser preparadas deverão incluir também o direito a desligar

Economia, 23

Lares "Essa coisa de se dizer 'Não chores, vai ficar tudo bem' não existe aqui"



Um ano depois do primeiro estado de emergência, voltámos aos mesmos locais por onde andámos em reportagem.

Começamos esta série de trabalhos com o Lar Dra. Leonor Beleza, em Santo Tirso, no qual os funcionários só agora

começam a ter o direito a chorar. Nos lares, devido ao processo de vacinação, as mortes por covid-19 diminuíram 98% no

último mês. Quem vier a possuir um certificado vai ficar isento de testes e de quarentena na União Europeia *Destaque*, 2 a 5

Concessão

CTT pedem compensação por "prejuízos" da pandemia

Empresa quer ser compensada pelo "desequilíbrio financeiro da concessão" e pelo prolongamento "unilateral" do contrato *Economia*, 26

Miguel Albuquerque

Polícia Judiciária faz buscas no Governo Regional da Madeira

Política, 12

Floresta

Incumprimento de plano custará ao país 700 milhões por ano

Programa está em discussão pública até domingo e prevê a execução, numa década, de 200 medidas para valorizar floresta *Sociedade*, 15



Um ano de estado de emergência

“Essa coisa de se dizer ‘Não chores, vai ficar tudo bem’ não existe aqui”

Estourados, os funcionários dos lares só agora começam a ter “o direito de chorar”. O PÚBLICO voltou ao Lar Dra. Leonor Beleza, em Santo Tirso, um ano depois

Reportagem

Natália Faria Texto
Paulo Pimenta Fotografia

“O meu riso agora está longe”, recusa Maria Amélia Oliveira, quando o fotógrafo insiste num sorriso para a objectiva.

Desengane-se, porém, quem julgue que por detrás do semblante sério da octogenária está algum resquício de tristeza ditado pelo coronavírus que, durante 15 dias, a manteve presa a uma cama de hospital, com prognóstico reservado. “Qual quê?! O vírus até foi meu amigo: passou-me por cima, mas deixou-me viver. Os meus dentes é que me fugiram com a idade”, gargalha, por fim, num assomo de vaidade que nem a pandemia nem a consequente clausura reforçada no Lar Dra. Leonor Beleza, em Santo Tirso, fez desaparecer, muito graças ao zelo dos funcionários que, um

ano volvido desde o início da pandemia, começam, agora eles, a dar sinais de esgotamento.

Se calhar por saber disso, mesmo sem o saber, é que, debelada a doença, Maria Amélia Oliveira, casaco de malha *bordeaux* e terço cor-de-rosa pendurado na cama, se autoneomeou à beira de completar os 83 anos porta-voz do quarto que partilha com mais três utentes. “Sou a vigia delas, de noite e de dia, para alguma coisa que seja precisa.” E, depois de uma pausa, justifica: “Os funcionários, coitados, têm-se visto aflitos. A trabalhar 12 horas por dia, nem sempre conseguem deitar a mão a toda a gente.”

Pela parte que lhe toca, Amélia Oliveira garante que faz tudo “para não chatear”. “Abro e fecho a cama, visto-me e fecho as janelas e deito o olho às outras.” E, quando não está ao telefone (“Ou são os filhos, ou os netos, às vezes pareço uma telefonista”) ou a rezar, aproveita para chamar a atenção para alguma coisa que esteja mal, porque “sempre é um entretenimento” que



ajuda a amenizar “esta ganância de querer voltar a sair”.

Há um ano, quando o PÚBLICO por aqui passou, nas primeiras semanas de um país em estado de emergência, Maria Amélia Oliveira era uma das idosas infectadas por cuja vida a coordenadora da instituição, Ana Luísa Carvalho,

Há um ano (fotografia mais pequena) Filomena Moura esperava que o pior passasse. Hoje (foto maior) continua a aguardar, ansiosa, pelo momento de poder voltar a sair do lar para visitar os filhos

temia. “Há utentes que estão a desistir da vida”, declarara, numa altura em que, superado o choque e as primeiras dificuldades em conseguir equipamentos de protecção individual, como luvas e máscaras, imperava o medo.

No total, este lar somou 56 utentes e 30 funcionários infectados – mais de metade das pessoas que todos os dias se cruzam nestes corredores ensolarados, portanto. Apesar disso, não se repetiu aqui o descalabro de outras instituições: apenas sete idosos morreram com covid-19.

Além da equipa médica e de enfermagem em permanência, o que terá valido aos utentes desta instituição, criada em 1986 pela Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso para acolher grandes dependentes, foi aquilo que Ana Luísa Carvalho descreve como “os pequenos gestos heróicos” dos funcionários. E agora, mais do que sobre os idosos, que “deram mostras de uma serenidade e de uma capacidade de adaptação e



Tudo começou com Marcelo a pressionar Costa para o estado de emergência

Análise



Sónia Sapage

A história do primeiro estado de emergência ensina-nos muito sobre a forma como a pandemia foi sendo gerida entre os dois palácios, o de Belém e o de São Bento, ao longo dos últimos 12 meses. Ainda António Costa resistia à ideia de se decretar o estado de emergência e se limitar direitos, liberdades e garantias e já Marcelo Rebelo de Sousa se mostrava inquieto e pressionava nesse sentido. Dias depois de um curto estado de alerta, já com os alunos em casa e algumas empresas a tomarem a iniciativa do teletrabalho, o primeiro-ministro acedeu e o país confinou. E, afinal, como mostraram as sondagens, era isso mesmo que os portugueses queriam.

Apesar de estar encerrado em Belém, em quarentena, desde 8 de Março de 2020, Marcelo Rebelo de Sousa manteve os seus “radares” ligados. Foi uma oportunidade para fazer centenas de telefonemas, falar com meio país, analisar a evolução da pandemia a nível internacional, fazer projecções e ir formando a sua opinião em relação ao que devia acontecer.

A 12 de Março, garantia que o Presidente promulgaria ou tomaria “a iniciativa quanto a todas as medidas que [fosse] entendido serem imprescindíveis perante a gravidade da situação”. Era o primeiro sinal de que era preciso fazer alguma coisa.

Refém das opiniões das autoridades de saúde e apesar da resistência que tinha em relação a quebrar a normalidade democrática, o primeiro-ministro fez saber que o Governo não se oporia à medida, caso o Presidente avançasse no sentido da declaração do estado de emergência. Ela ocorreu a 18 de Março, depois de várias conversas entre Marcelo e Costa. Não por acaso, os dois (e vários ministros) insistiram num ponto: a democracia não seria suspensa. “Gostaria de dizer que, com a declaração do estado de emergência, a democracia não será suspensa. Continuaremos com o funcionamento das instituições democráticas”, disse o primeiro-ministro, depois de convocar o Conselho de Ministros para o Palácio da Ajuda, de onde as

reuniões do Governo só saíram esporadicamente nos meses seguintes (o último realizou-se no Centro Cultural de Belém).

Até ao plenário de ministros, António Costa acreditava que a situação de calamidade poderia ser suficiente para as medidas que o Governo precisava de tomar.

Ao longo dos meses seguintes, houve mais diferenças de opinião entre o primeiro-ministro e o Presidente e até houve casos de medidas acordadas entre os dois, previamente, mas que não se chegaram a concretizar, porque o Conselho de Ministros decidiu de forma diferente.

Um com mais sensibilidade para a perspectiva sanitária e outro para a económica – como, aliás, também acontece no interior do Governo –, Marcelo e Costa foram gerindo a pandemia, com apelos ao consenso e pressões de parte a parte, umas mais insignificantes do que outras. Publicamente, os dois fizeram sempre questão de assumir as responsabilidades na gestão, assim como alguns erros. A “responsabilidade suprema” é minha, haveria de dizer Marcelo. “A culpa é toda minha”, diria também Costa.

Alguns dos momentos em que a gestão política deste dossier foi menos pacífica contam-se brevemente.

– O fim das reuniões do Infarmed, proposto e anunciado em primeira mão pelo Presidente, que

considerava que o modelo lançado pelo Governo estava desgastado.

– A acção de campanha eleitoral em que o candidato Marcelo sugeriu que as escolas deviam encerrar e que a decisão devia ser ponderada nas horas seguintes, como veio a acontecer.

– A apresentação do plano de desconfinamento no fim de uma reunião do Conselho de Ministros a que não se seguiu a habitual declaração presidencial.

– Ou o dia em que António Costa assumiu que a prioridade seria aliviar as restrições no Natal, quando Marcelo deixara avisos sobre a necessidade de o país se “conter”. “Que não se facilite, portugueses e responsáveis políticos, em Dezembro”, disse.

Nos quatro exemplos, Marcelo surge sempre mais defensor do que Costa de medidas restritivas e a sustentar que elas têm de ter a cobertura da figura do estado de emergência. A excepção foi em Novembro, quando Marcelo ainda achava que era de evitar o regresso ao estado de emergência – que se previa longo – e Costa o pediu, condicionando a declaração presidencial a um estado de emergência mínimo. “A proposta que o Governo faz é de um estado de emergência com um conteúdo limitado e uma extensão maior”, explicou. Quinze dias depois, deixou de ser mínimo e passou a prever um país a várias velocidades, consoante os números de cada concelho.

Ao longo deste ano, por vezes, foi Marcelo o portador das más notícias. “É provável que uma terceira vaga possa ocorrer entre Janeiro e Fevereiro e será tanto maior quanto maior o número de casos um mês antes. Importa tentar conter fortemente em Dezembro o processo pandémico, mesmo que ele dias antes aparentasse ter passado o pico da chamada ‘segunda vaga’”, disse em Dezembro. Outras vezes, esse foi o papel do primeiro-ministro.

Belém e São Bento passaram um ano a funcionar em dupla, numa espécie de dança em que, de vez em quando, um pisa o pé do outro e que se resume numa frase, proferida por Marcelo na declaração do 11.º estado de emergência, com um apelo ao bom senso. “Os portugueses compreenderam que (...) provocar nesta altura crises políticas [resultaria apenas] em tempo perdido, em terceiras eleições no Verão e nada de novo no horizonte, não servia para outra coisa senão agravar a pandemia.”

resiliência inimagináveis”, é sobre os funcionários que incidem as principais preocupações. “Estão esgotados e estourados. Andam há um ano em circuito fechado, porque, mesmo quando as coisas lá fora aliviavam, aqui dentro as restrições mantiveram-se, e eles continuam ainda hoje isolados até uns dos outros e a evitar a cruzar-se para evitar contactos.”

Por outro lado, os idosos, que numa situação normal se dispersavam e se iam distraíndo uns aos outros, continuam confinados nos quartos, o que também os torna mais exigentes em termos de solicitações. “O utente não pode ir à casa de banho enquanto esta não estiver desinfetada, por exemplo. E já temos, aliás, funcionárias com problemas de pele por causa do álcool”, descreve ainda a psicóloga. E acrescenta: “Ao longo destes meses todos, estas pessoas quando estavam perto de estourar não estouravam, reinventavam os limites. E continuavam.”

E é então agora, numa altura em

que já não há registo de casos positivos dentro de portas e em que a vacina já chegou a utentes e funcionários, que os sinais de alarme começam a manifestar-se. “Às vezes, estão numa conversa e, de repente, choram e riem-se e depois voltam a chorar. Há muita instabilidade emocional. E o estado de exaustão vê-se também nas falhas de memória e de concentração”, descreve.

Ao lado, Sara Almeida e Sousa, coordenadora dos recursos humanos, reforça que nunca registou tantos incidentes de trabalho. “Não me lembro de ter registo de tantas falhas em termos de procedimentos como, por exemplo, os funcionários picarem-se com as agulhas de medir a glicose. E não é por terem deixado de o saber fazer: é o esgotamento a vir ao de cima.”

Ao cansaço soma-se a culpa, como explica a trabalhadora dos serviços gerais Marlene Costa, que empurra um carrinho com o almoço acondicionado em





Um ano de estado de emergência

tupperwares. “O que mais me custou, além da morte dos utentes, que acabam por ser como da nossa família e há sempre uma sensação de fracasso, foi não poder dar a atenção que devia à minha filha”, conta ao PÚBLICO. “Tem seis anos e queixava-se que eu tinha deixado de ter tempo para brincar com ela, o que era verdade, durante muitos meses eu só fui a casa dormir.”

Nos picos da pandemia, a instituição adoptou turnos de 12 horas, com intervalos de descanso também maiores, para evitar cruzamentos desnecessários do pessoal. “Nos turnos normais, de seis horas e quarenta minutos, chegavam a cruzar-se aqui mais de 30 pessoas, entre entradas e saídas. Com os turnos de 12 horas, esses contactos ficavam muito mais reduzidos”, justifica Ana Luísa Carvalho.

“Era sufocante estarmos 12 horas com a máscara. E custava muito ver os utentes stressados e nervosos e nós sem conseguirmos parar para lhes dar uma palavrinha de conforto”, recorda, por seu turno, Marlene Costa, dizendo que nem a vacina dissipou o medo (“É tudo muito desconhecido ainda”), nem o cansaço se esvaiu. “Enquanto não pudermos tirar estas máscaras, o truque é viver e trabalhar um dia de cada vez.”

“A maior parte das pessoas não quer dar parte de fraca. Alguns são aconselhados a ir ao médico, a tirar férias, a tomar vitaminas, mas recusam-se. Dizem que estão bem. Claro que depois percebemos que estão no limite”, retoma Sara Almeida e Sousa. A estratégia para quebrar a resistência instalada tem passado, entre outras coisas, por promover pausas para café e por “lhes dar o direito de chorar”. “Essa coisa de se dizer ‘Não chores, vai ficar tudo bem’ não existe aqui. E decidimos distribuir a ‘caixa de ferramentas’ da Ordem dos Psicólogos que aponta algumas estratégias para os ajudar a recuperar o controlo. Mas forçar as pessoas a centrar-se em si próprias num momento de crise pode ser complexo”, sustenta.

Do que Marlene não fala, por exemplo, e já poucos se recordarão, é do estigma inicial, que fazia com que algumas pessoas evitassem os profissionais que estavam em maior contacto com o vírus. No caso desta instituição, houve funcionários que viram familiares fechar-lhes a porta e recusar comer refeições confeccionadas por eles. E isso, claro, deixou feridas, que os responsáveis do lar tentam agora cicatrizar com pequenos gestos de reconhecimento que vão desde a distribuição de vales de compras a caixinhas com chocolates e uma mensagem de agradecimento. No Dia da Mulher, os responsáveis do

lar convidaram uma fotógrafa profissional e promoveram uma sessão fotográfica com direito a maquilhagem e arranjo do cabelo. “Foi um pequeno gesto fora da caixa, nada de extraordinário.”

O painel dos abraços

É um esforço que, de resto, continuam a fazer, porque à pandemia segue-se a necessidade de restaurar a normalidade possível entre os utentes. “Os idosos precisam de se readaptar e de ser estimulados, o que requer uma intervenção mais personalizada. Muitos, também porque estiveram muitos meses isolados no quarto, onde dormiam e comiam, ficam tontos, sentem-se desequilibrados, os barulhos incomodam-nos”, retoma Ana Luísa Carvalho. O desconfinamento dentro de portas está por isso a ser feito de forma muito gradual e ainda muito sujeita a restrições. A novidade mais recente, desde que as visitas foram retomadas, no início de Março, foi o chamado “painel dos abraços” - um painel de acrílico com umas mangas que permitem vestir os braços para que o toque ocorra sem risco de contágio. “Quisemos garantir algum toque, que nos pareceu importante, sobretudo quando percebemos que muitos utentes têm dificuldades em reconhecer o filho ou a filha com máscara e só quando estes se afastam e a tiram é que mostram as emoções”, diz Ana Luísa.

“Já lá estive com o meu filho, mas o que me está a fazer falta são os passeios”, diz a propósito Filomena Moura, colar vermelho a contrastar com a camisola cinzenta, como se esperasse poder sair a qualquer momento. Aos 93 anos, vai iludindo a espera pela prometida saída com a sua filha ouvindo a rádio e os seus ininterruptos discos pedidos, quase sempre de canções populares, daquelas pejudas de amores desencontrados.

Maria Amélia Oliveira, que aos três filhos que criou sozinha juntou mais uma órfã de nove meses, apesar de ter enviuvado aos 42 anos, também não se deixou impressionar pela novidade. “Sou franca, nem me lembrou, mas eu nunca fui muito de andar enganchada nos meus filhos com beijinhos e abraços”, desdenha, dizendo que, mais do que abraços plastificados, o que a mantém expectante é poder sair para “poder ver as benfeitorias” que cada um dos filhos fez, entretanto, nas respectivas casas. “Quando me ligam, pergunto-lhes sempre como é que o bicho corre. E parece que tem aliviado um pedaço, confirma?”

Confirma-se. Ontem a Direcção-Geral da Saúde registou 15 mortes e 673 novos contágios.



Circulação na União Europeia

Detentores de certificado ficarão isentos de quarentenas

Rita Siza, Bruxelas

Comissão avança com proposta legislativa para a criação de sistema que facilite a liberdade de movimentos na UE

A Comissão Europeia apresentou ontem uma aguardada proposta para a criação de um “passe verde digital”, para ser utilizado nas fronteiras e facilitar a liberdade de circulação, ao dispensar o seu portador dos actuais procedimentos de testes e quarentena obrigatória que são exigidos pelos Estados-membros no acesso ao seu território.

O documento, que não é um passaporte mas um certificado, atestará o estado de imunização do seu portador, ou por já ter sido vacinado contra a covid-19, ou por ter desenvolvido anticorpos por ter estado infectado com o novo coronavírus.

Para evitar a discriminação dos indivíduos que não estão imunes, os viajantes também poderão requisitar a emissão deste documento – que será disponibilizado pelas autoridades nacionais de forma gratuita, em formato digital ou em papel – como comprovativo da realização de um teste com resultado negativo, sem qualquer distinção entre os testes rápidos antigénio ou os PCR.

Mas em caso nenhum o certificado poderá ser exigido “como pré-condição para o exercício da liberdade de movimentos”, ressalva a Comissão, que na sua proposta escreve preto no branco que a ausência deste documento não pode ser invocada para impedir o embarque de passageiros por qualquer serviço de transporte transfronteiriço (aéreo, ferroviário, rodoviário ou marítimo).

A proposta legislativa para o estabelecimento de “um quadro comum para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperacionais” relativos à “vacinação, testagem e

recuperação da covid-19” estabelece critérios uniformes para a emissão e o reconhecimento destes documentos e medidas para a protecção dos dados pessoais e da privacidade dos seus portadores. Para assegurar a segurança e autenticidade, os certificados terão obrigatoriamente de conter um código QR e uma assinatura digital. Relativamente à “validação” do estado de imunidade, o que está previsto é que os Estados-membros reconheçam obrigatoriamente a vacinação com qualquer uma das vacinas aprovadas pela Agência Europeia de Medicamentos e que aceitem a validade dos testes de anticorpos por um determinado período.

A Comissão abre a porta ao reconhecimento da imunização com outras vacinas que não constam no portfólio europeu e não estão autorizadas pela EMA, mas estão a ser administradas por alguns Estados-membros, como é o caso da russa Sputnik V ou da chinesa Sinopharm. Mas essa será uma decisão que cada